



REFORMAS NEOLIBERAIS NO PERU: CRISE DO ESTADO, PRIVATIZAÇÕES E AUTORITARISMO POLÍTICO (1990/2000)

NEO-LIBERAL REFORMS IN PERU: STATE CRISIS, PRIVATIZATIONS AND POLITIC AUTHORITARIANISM (1990/2000)

Rafael Vaz da Motta Brandão*

Resumo: A partir do final da década de 1970, o neoliberalismo passou a ser adotado como modelo de desenvolvimento econômico por diversos países do capitalismo avançado. Durante a década de 1990, contudo, este modelo viria a ser seguido pelos governos do capitalismo periférico, incluindo aqueles historicamente identificados com as esquerdas, sobretudo na América Latina. Este artigo tem como objetivo discutir as principais reformas neoliberais implementadas no Peru durante o governo Alberto Fujimori (1990/2000). A hipótese aqui defendida é de que o processo de implantação do receituário neoliberal, defendido pelo Consenso de Washington, resultou em um profundo processo de desmantelamento do regime democrático-constitucional, conduzindo à instauração de um regime autoritário, com apoio das Forças Armadas, em que predominou a corrupção e o terrorismo de Estado.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Autoritarismo. Peru.

Abstract: From the late 1970s, neoliberalism began to be adopted as a model of economic development by several countries of advanced capitalism. During the 1990s, however, this model came to be followed by the governments of peripheral capitalism, including those historically identified with the left, especially in Latin America. This article intends to discuss the main neoliberal reforms implemented in Peru during the Alberto Fujimori government (1990/2000). The hypothesis defended here is that the process of implanting the neoliberal prescription defended by the Washington Consensus resulted in a profound process of dismantling the democratic-constitutional regime, leading to the establishment of an authoritarian regime, with the support of the Armed Forces, that predominates corruption and the State terrorism.

Keywords: Neoliberalism. Authoritarianism. Peru.

* Professor do Departamento de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em História Social do Território da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores (UERJ-FFP). E-mail: rafabrandao@uol.com.br.



Neoliberalismo e reforma do Estado

O neoliberalismo deve ser compreendido como um longo e complexo processo de construção de hegemonia, que ganha força ao se apresentar como a única alternativa possível ao enfrentamento da crise do modelo de Estado keynesiano, que tem o seu início no final da década de 1960 e se manifesta, de forma mais clara, na década seguinte, nos países do capitalismo avançado. Com efeito, o neoliberalismo, conforme observa Pablo Gentile, apresenta uma dupla dinâmica, que é marcante em todo processo de construção de hegemonia. Segundo o autor,

[...] por um lado, trata-se de uma alternativa de poder extremamente vigorosa, constituída por uma série de estratégias políticas, econômicas e jurídicas orientadas para encontrar uma saída dominante para a crise capitalista que se inicia ao final dos anos 60 e que se manifesta claramente já nos anos 70. Por outro lado, ela expressa e sintetiza um ambicioso projeto de reforma ideológica de nossas sociedades, a construção e a difusão de um novo senso comum que fornece coerência, sentido e uma pretensa legitimidade às propostas de reforma impulsionadas pelo bloco dominante (GENTILI, 1996, p. 1).

Além de um sistema político de dominação, que tinha como objetivo o desmantelamento de parte significativa do mecanismo de regulação estatal que vigorou, sobretudo nos países da Europa Ocidental, desde o segundo pós-guerra, o neoliberalismo constituiu-se como uma reação do capital à crise estrutural manifestada pela tendência decrescente da taxa de lucro verificada desde o final da década de sessenta (BRENNER, 2003, p. 12). Em linhas gerais, os principais fundamentos ideológicos do neoliberalismo baseavam-se: 1) na drástica redução da intervenção do Estado na economia, com ênfase nas privatizações, na liberalização dos fluxos de capitais e na desregulação dos mercados; 2) no corte dos investimentos públicos e em políticas públicas estimuladoras do pleno emprego; 3) na abertura econômica, com eliminação de barreiras tarifárias e protecionistas; 4) na limitação à ação dos sindicatos e organizações da classe trabalhadora.

Esta reestruturação global do capitalismo baseada no modelo neoliberal situava o mercado como o principal regulador das relações econômicas. Nesta perspectiva, a intervenção do Estado, ao tentar regular a dinâmica própria do mercado, impediria a competitividade e estimularia a criação de monopólios, protecionismo e ineficiências.



A reação contra o intervencionismo estatal e a busca pelo “Estado mínimo” são, portanto, as mais importantes características do neoliberalismo. A principal função do Estado não seria mais a de regular as relações econômicas, mas sim, a de possibilitar as condições necessárias para a realização do modelo de acumulação de uma nova fase do capitalismo, que privilegia a lógica do capital financeiro.

De acordo com Sonia Draibe, o neoliberalismo representa uma tendência hegemônica contemporânea e “não constitui efetivamente um corpo teórico próprio, original e coerente” (DRAIBE, 1993, p. 86). Destaca, ainda, que “esta ideologia dominante é principalmente composta por proposições práticas e, no plano conceitual, reproduz um conjunto heterogêneo de conceitos e argumentos”, reinventando determinadas ideais liberais clássicas, “mas introduzindo formulações e propostas muito mais próximas do conservadorismo político e de uma sorte de darwinismo social distante pelo menos das vertentes liberais do século XX” (DRAIBE, 1993, p. 86).

Ricardo Antunes, por sua vez, entende que o neoliberalismo é um modelo que vem sendo adotado pelos países ocidentais a partir da década de 1980 e que apresenta como característica primordial o afastamento do Estado em relação a diversos setores da economia. O autor aponta os governos de Margareth Thatcher e de Ronald Reagan como os inauguradores do modelo neoliberal no início da década de 1980, quando ocorreram cortes profundos nos gastos sociais e uma grande precarização no mundo do trabalho (ANTUNES, 2002, p. 61).

Carlos Eduardo Martins sintetizou os principais fundamentos do programa dos ideólogos do neoliberalismo: a) Drástica redução da intervenção direta e indireta do Estado na economia, com ênfase no processo de privatização de empresas públicas, na liberalização dos fluxos de capitais e na desregulação dos mercados internos nacionais; b) Corte de gastos e abandono das políticas de déficits públicos como estimuladoras do pleno emprego e do crescimento econômico. Em seu lugar são colocadas em prática políticas de austeridade orçamentária e fiscal, orientadas para a estabilidade de preços e controle de inflação; c) Liquidação das barreiras tarifárias e de políticas protecionistas por parte dos Estados no comércio internacional e adoção do câmbio flexível; d) Restrição à ação dos sindicatos, entendidos pelos neoliberais como monopólios, que geram desvios de preços e impedem a correta remuneração do trabalhador gerando, com isso, o desemprego. A existência de sindicatos nacionais atuantes e organizados, que trabalhavam na defesa de um interesse geral



baseado na necessidade de construir e expandir os direitos sociais é vista, a partir da perspectiva neoliberal, como uma grande barreira que impediria a competição individual e o progresso social. Assim, o neoliberalismo nega qualquer forma de organização e regulação de agentes coletivos, incluídos aí não apenas os sindicatos, mas também partidos políticos e o próprio Estado (MARTINS, 2011, p. 144).

Gérard Duménil e Dominique Lévy destacam a dificuldade de se “apresentar de maneira precisa a origem de um fenômeno complexo, tal como a fase do capitalismo mais conhecido como neoliberalismo” (DUMÉNIL; LÉVY, 2007, p. 1). Contudo, os autores, mesmo admitindo tal dificuldade, apontam, “como um acontecimento que testemunhou uma mudança maior na dinâmica do capitalismo” (DUMÉNIL; LÉVY, 2007, p. 1-2), a decisão tomada pelo Federal Reserve System (FED), o banco central norte-americano, em 1979, de elevar as taxas de juros até o limite necessário para conter a inflação. Assim, o neoliberalismo, através do espetacular aumento das taxas de juros pelo FED, restabeleceria a renda da classe capitalista, drenando “amplos fluxos de renda em direção aos proprietários de títulos, no contexto de taxas de juros elevadas” (DUMÉNIL; LÉVY, 2007, p. 7).

Luiz Filgueiras, por outro lado, estabelece uma distinção conceitual entre “neoliberalismo” e “projeto neoliberal”. De acordo com o autor, o primeiro “diz respeito à doutrina político-econômica mais geral, formulada, (...) a partir da crítica ao Estado de Bem-Estar Social e ao socialismo e através de uma atualização regressiva do liberalismo” (FILGUEIRAS, 2006, p. 179). Por sua vez, o conceito de “projeto neoliberal”, refere-se “à forma como, concretamente, o neoliberalismo se expressou num programa político-econômico específico (...), como resultado das disputas entre as distintas frações de classes da burguesia e entre elas e as classes trabalhadoras” (FILGUEIRAS, 2006, p. 179). Assim, “neoliberalismo” converter-se-ia em uma doutrina de caráter mais geral, ao passo que o “projeto neoliberal” ou, melhor, “projetos neoliberais” a ele associado, “são mais ou menos diferenciados, de país para país, de acordo com as suas respectivas formações econômico-sociais anteriores” (FILGUEIRAS, 2006, p. 179).

Pablo Gentili salienta a importância teórica e política de se compreender o neoliberalismo como um complexo processo de construção hegemônica. Conforme o autor, se o neoliberalismo se transformou num verdadeiro projeto hegemônico, isto se deve “ao fato de ter conseguido impor uma intensa dinâmica de mudança material e, ao mesmo tempo, uma não menos intensa dinâmica de reconstrução discursivo-metodológica da sociedade”



(GENTILI, 1996, p. 8). Desta forma, “o neoliberalismo deve ser compreendido na dialética existente entre tais esferas, as quais se articulam adquirindo mútua coerência” (GENTILI, 1996, p. 8). Assim, os sucessivos governos neoliberais “não só transformaram materialmente a realidade econômica, política, jurídica e social, também conseguem que esta transformação seja aceita como a única saída possível (...) para a crise” (GENTILI, 1996, p. 8).

Noam Chomsky enfatiza que, na lógica neoliberal, “os governos são peças-chave no sistema capitalista moderno”, posto que “subsidiem prodigamente as grandes empresas e trabalham para promover os interesses empresariais em numerosas frentes” (CHOMSKY, 2002, p. 23). Ainda segundo Chomsky, a mensagem mais enfática no neoliberalismo – entendido como um projeto hegemônico de uma nova forma de dominação de classe – é a de que não há alternativa, pois a humanidade já alcançou o seu nível mais elevado.

Ao fazer um balanço do neoliberalismo, Perry Anderson, observou que,

[...] economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples ideia de que não há alternativa para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas (ANDERSON, 1995, p. 12).

A partir do final da década de 1970 e, sobretudo, durante a década seguinte, quando foi colocado em prática pelos governos conservadores de Margareth Thatcher, no Reino Unido, e de Ronald Reagan, nos EUA, o neoliberalismo passou a ser o principal fundamento teórico de políticas públicas.

Contudo, antes de ser aplicado pelos países centrais, foi na América Latina, mais precisamente no Chile, a partir do ano de 1973, que ocorreu “a primeira experiência neoliberal sistemática do mundo” (ANDERSON, 1995, p. 19). Naquele ano, a derrubada do governo democrático do socialista Salvador Allende permitiu a ascensão do ditador Augusto Pinochet ao poder, resultando numa das mais sangrentas ditaduras latino-americanas. O programa de governo do general Pinochet incluía uma série de reformas neoliberais, como a abertura e desregulação da economia, o desemprego em massa, a repressão sindical, a redistribuição de renda em favor dos mais ricos e a privatização de empresas públicas



(ANDERSON, 1995, p. 19). Tudo isso, “foi começado no Chile, quase um decênio antes de Thatcher na Inglaterra” (ANDERSON, 1995, p. 19).

Após a experiência chilena da década de 1970, a primeira grande cena na qual o neoliberalismo e a ideologia contrária ao Estado de Bem-Estar prevaleceriam seria no Reino Unido, com Margareth Thatcher, e nos EUA, com Ronald Reagan, na passagem da década de 1970 para os anos 80. Pouco depois, uma série de governos conservadores chegaria ao poder na Europa Ocidental¹. Países como a Alemanha, sob o governo de Helmut Kohl e a Dinamarca, a partir do governo de Poul Schlüter, também dariam início aos ajustes neoliberais em suas economias. Em outras partes do mundo, como a Austrália e a Nova Zelândia, “o mesmo padrão assumiu proporções verdadeiramente dramáticas” (ANDERSON, 1995, p. 29). O caso neozelandês, onde o neoliberalismo assumiria dimensões radicais, pode ser provavelmente considerado como “o exemplo mais extremo de todo o mundo capitalista avançado, desmontando o Estado de Bem-Estar muito mais completa e ferozmente do que Thatcher na Inglaterra” (ANDERSON, 1995, p. 29).

Depois dos países do capitalismo avançado, a segunda grande cena neoliberal foi o Leste europeu após a crise do socialismo real e o fim do regime soviético. Sobre as reformas neoliberais no leste da Europa, Perry Anderson afirma que:

[...] a vitória do Ocidente na Guerra Fria, com o colapso de seu adversário comunista, não foi o triunfo de qualquer capitalismo, mas o do tipo específico liderado e simbolizado por Reagan e Thatcher nos anos 80. Os novos arquitetos das economias pós-comunistas no Leste, gente como Balcerovicz na Polônia, Gaidar na Rússia, Klaus, na República Tcheca, eram e são seguidores convictos de Hayek e Friedman, com um menosprezo total pelo keynesianismo e pelo Estado de Bem-Estar, pela economia mista e, em geral, por todo o modelo dominante do capitalismo ocidental do período pós-guerra. Estas lideranças políticas preconizam e realizam privatizações muito mais amplas e rápidas do que haviam sido feitas no Ocidente. Para sanear suas economias, aceitam quedas de produção infinitamente mais drásticas do que haviam sido aceitas no Ocidente. E promovem graus de desigualdade – sobretudo de empobrecimento da maior parte da população – muito mais brutais do que tínhamos visto nos países do Ocidente (ANDERSON, 1995, p. 33).

As políticas neoliberais na América Latina e o Consenso de Washington

¹ Cabe destacar, contudo, que “a hegemonia deste programa não se realizou do dia para a noite. Levou mais ou menos uma década, os anos 70, quando a maioria dos governos da OCDE – Organização Europeia para o Comércio e Desenvolvimento – tratava de aplicar remédios keynesianos às crises econômicas” (ANDERSON, 1995, p. 28).



Após o triunfo da hegemonia neoliberal na Europa Ocidental e em países do capitalismo avançado de outras partes do globo, em um primeiro momento, e do Leste Europeu, em um segundo, a América Latina converteu-se na terceira grande cena de implantação do neoliberalismo.

Em um seminário organizado em 1989 pelo *Institute of International Economics*, ocorrido em Washington, estiveram reunidos diversos economistas latino-americanos, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, além de representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano. O encontro visava discutir as reformas necessárias para que a América Latina superasse a chamada “década perdida”, marcada pela hiperinflação, pela recessão e pelo forte crescimento da dívida externa nos anos 80, para que, assim, retomasse o crescimento econômico, o aumento da riqueza e o desenvolvimento social.

Embora tivesse, a princípio, um caráter acadêmico, o congresso realizado na capital dos EUA permitiu a elaboração de um conjunto de medidas neoliberais que deveriam ser seguidas pelos países da América Latina em troca da continuidade do financiamento por parte das agências e organismos internacionais (FMI e Banco Mundial). A esse conjunto de medidas deu-se o nome de *Consenso de Washington*. Basicamente, podemos afirmar que o Consenso de Washington fazia parte de um amplo conjunto de reformas neoliberais que estava centrado na desregulação dos mercados, na abertura comercial, na liberalização dos fluxos de capitais, em uma rigorosa política monetária e fiscal e, fundamentalmente, na redução do papel do Estado nos países latino-americanos.

Sobre as propostas do Consenso de Washington para os diferentes países da América Latina, Paulo Nogueira Batista afirma que,

[...] o Consenso de Washington, além de contraditório com as práticas dos EUA e dos países desenvolvidos em geral, contém, como pudemos apreciar, várias incoerências nos seus próprios termos. Revela-se em especial inadequado quando se tem em conta que sua avaliação e prescrições se aplicam de maneira uniforme a todos os países da região, independentemente das diferenças de tamanho, de estágio de desenvolvimento ou dos problemas que estejam concretamente enfrentando. O diagnóstico e a terapêutica são virtualmente idênticos tanto para um imenso Brasil já substancialmente industrializado quanto para um pequeno Uruguai ou Bolívia ainda na fase pré-industrial. Não diferem muito, por incrível que pareça, do que o FMI e o Banco Mundial estão recomendando à Europa oriental na sua transição para economias de mercado (BATISTA, 2009, p. 145-146).



Na verdade, o Consenso de Washington significou, no contexto político e socioeconômico da América Latina, o mesmo movimento reacionário do capital em relação às conquistas das classes trabalhadoras europeias e norte-americanas nas décadas de 1950 a 1970.

Para Perry Anderson, o Consenso de Washington representou “a denominação de uma articulação para implantar o neoliberalismo de maneira ordenada em diversos países” (ANDERSON, 1995, p. 31). José Luiz Fiori, por sua vez, entende que, o que se discutiu em Washington não representou nada novo, apenas traduziu ideais de organismos internacionais como o FMI, o BID e o Banco Mundial. Segundo o autor, “o Consenso de Washington diz respeito à visão norte-americana sobre a condução da política econômica, sobretudo nos países periféricos, no mundo inteiro, mas, obviamente, de forma muito mais intensa para os países da América Latina” (FIORI, 2012, p. 3). Noam Chomsky entende que a lógica neoliberal do Consenso de Washington pautou-se por:

[...] um conjunto de princípios orientados para o mercado, traçados pelo governo dos Estados Unidos e pelas instituições financeiras internacionais que ele controla e por eles mesmos implementados de formas diversas – geralmente, nas sociedades mais vulneráveis, como rígidos programas de ajuste estrutural. Resumidamente, as suas regras básicas são: liberalização do mercado e do sistema financeiro, fixação dos preços pelo mercado (“ajuste de preços”), fim da inflação (“estabilidade macroeconômica”) e privatização (CHOMSKY, 2002, p. 48).

John Willianson, economista inglês e diretor do instituto promotor do encontro em Washington, foi quem alinhavou os dez pontos tidos como “consensuais” entre aqueles que participaram do evento. Foi, ainda, o responsável por cunhar a expressão “Consenso de Washington”, através da qual ficaram conhecidas as recomendações para o ajuste das economias latino-americanas à nova ordem econômica (neoliberal) mundial.

As conclusões “consensuais” decorrentes do encontro em Washington podem ser assim sintetizadas: 1- *Disciplina fiscal*, através da qual o Estado deve limitar os seus gastos a arrecadação, buscando eliminar o déficit público e estabelecendo um superávit primário para o pagamento da dívida externa; 2- *Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infraestrutura*, redirecionando recursos para a manutenção da máquina administrativa e



subsídios para setores com maior retorno econômico; 3- *Reforma tributária* que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária (elevação dos impostos); 4- *Liberalização financeira*, com a eliminação das restrições que impedem as instituições financeiras internacionais de atuarem em igualdade com instituições nacionais nos mercados locais, além do afastamento do Estado do setor financeiro e do estabelecimento de taxas de juros reais positivas direcionadas para o mercado; 5- *Taxa de câmbio competitiva*, para estimular um crescimento rápido na exportação de setores não tradicionais; 6- *Abertura do comércio exterior*, com a redução das alíquotas de importação para a inserção em uma “economia globalizada”; 7- *Eliminação das restrições ao capital estrangeiro*, permitindo, assim, investimentos sob a forma de Investimento Estrangeiro Direto (IED); 8- *Privatização*, com a transferências de empresas estatais para o capital privado (nacional e estrangeiro); 9- *Desregulação da economia*, com a redução da legislação de controle sobre o processo econômico e das relações trabalhistas; 10- *Direito à propriedade intelectual*.

A partir de meados da década de 1980 e início da década seguinte, as medidas de ajuste de caráter neoliberal emanadas pelo Consenso de Washington e pelos organismos financeiros internacionais chegariam à América Latina e passaram a ser adotadas e aprofundadas por uma série de governos da região, como é o caso do Peru durante o governo de Alberto Fujimori (1990/2000).

Reformas neoliberais no Peru e declínio da democracia

No Peru, o modelo neoliberal passou a ser implantado, de modo efetivo, durante o governo Fujimori, muito embora as suas origens se encontrem, pelo menos, vinte anos antes.

O governo nacionalista do general Juan Velasco Alvarado (1968-1975) foi seguido por uma série de outros governos que buscavam desarticular os avanços sociais conquistados, como a reforma agrária, a aproximação com países do bloco socialista, a nacionalização de empresas petrolíferas norte-americanas e a construção de um projeto nacional para o Peru (SADER, 2012). A economia passou a ser dirigida pelo Estado e a dominação oligárquica passou a ser fortemente questionada no país andino (BARROS; HITNER, 2010, p. 145). Wilson Cano, ao analisar este momento da história peruana, caracteriza-o como um período de “reformas radicais” (CANO, 2000, p. 472).

A ruptura nacionalista iniciada em 1968 foi abortada em agosto de 1975, quando o general conservador Francisco Morales Bermúdez, então presidente do Conselho de



Ministros, liderou um golpe de Estado a partir da cidade de Tacna, localizada no extremo sul do território peruano, e derrubou Velasco Alvarado do poder.

Bermúdez foi sucedido pelos governos civis de Fernando Belaúnde Terry (1980-1985), que já havia sido presidente peruano em outra ocasião ² e de Alan Garcia Pérez (1985-1990), do mais bem estruturado partido político peruano, o APRA (Alianza Popular Revolucionária Americana).

O segundo governo Belaúnde Terry representou uma tentativa de retomada da política neoliberal no Peru. As ações deste governo, no entanto, levaram o país a um colapso econômico ³, possibilitando, em 1985, a vitória da APRA, partido membro da Internacional Socialista, encabeçada por Alan Garcia, que chegou ao poder com a promessa de reverter o avanço do neoliberalismo, conter a inflação e distribuir a renda em favor da camada mais empobrecida da população.

A política econômica do governo Alan Garcia foi inaugurada com o discurso crítico ao FMI, realizado na Assembleia Geral das Nações Unidas. Na ocasião, o novo presidente peruano anunciou que o limite do serviço da dívida externa do país seria o equivalente a 10% das exportações peruanas. O programa econômico do seu governo, de caráter heterodoxo e focado no controle do processo inflacionário, partia do entendimento de que para conter a inflação seria preciso choques nos preços. Contudo, o Peru, como a maioria dos países da região, não ficou imune à crise da dívida que assolou o mundo e, particularmente a América Latina, na década de 1980 (VIZENTINI; OLIVEIRA, 2012, p. 84). O governo Garcia – isolado pela sua retórica inflamada contra os organismos financeiros internacionais – tentaria a decretação da moratória da dívida externa peruana, mas não obteve sucesso no controle da inflação, que chegaria a 7.600% no seu último ano de governo (VIZENTINI; OLIVEIRA, 2012, p. 84).

O aumento do déficit público, que passou de 2,4% do PIB em 1985 para 6,5% dois anos depois e a tentativa de estatização do sistema bancário peruano por Alan Garcia, levariam à formação de uma frente oposicionista liderada pelo escritor Mario Vargas Llosa,

² Fernando Belaúnde Terry foi também presidente do Peru entre os anos de 1963 e 1968. Durante o seu segundo governo (1980-1985), a guerrilha Sendero Luminoso, de inspiração maoista, iniciou as suas atividades, na cidade de Ayacucho.

³ Aproveitando-se da valorização dos minerais ocorrida em 1979, o governo Belaúnde Terry adotou uma política econômica liberal, que gerou um colapso econômico, aumentando ainda mais a desigualdade social: entre 1980 e 1983, o país sofreu uma queda de 20% na produção industrial e a indústria passou a operar com apenas 40% de sua capacidade produtiva.



que perdera as eleições presidenciais de 1990 para o candidato independente Alberto Fujimori, muito embora representassem quase o mesmo programa.

Assim, a partir de 1990, com o governo de Alberto Fujimori (1990-2000), e com sua continuidade com os governos de Alejandro Toledo (2001-2006) e de Alan Garcia Pérez (que, entre 2006 e 2011, governaria, novamente, o Peru), cobrindo um período de mais de duas décadas, é que se erigiu, em bases concretas, o neoliberalismo no país. A economia voltaria a crescer, baseada em uma intensa exploração das riquezas minerais (ouro, zinco, cobre e gás) para exportação e no ingresso intensivo de capitais e de empresas estrangeiras. Além disso, deve-se destacar a forte repressão contra os movimentos sociais, especialmente sobre a população indígena e as guerrilhas Sendero Luminoso e Tupac Amaru.

O pacote de ajuste neoliberal de Fujimori era composto por três estágios. O primeiro deles foi o programa de estabilização, adotado em agosto de 1990, com o intuito de conter a inflação e normalizar o pagamento da dívida externa. O segundo estágio correspondeu às reformas institucionais pró-mercado: a desregulação do mercado financeiro, a flexibilização das relações trabalhistas, as privatizações (possibilitando a entrada de capital estrangeiro) e o esforço para reduzir o déficit fiscal. Por fim, a reintegração do Peru no circuito financeiro internacional (SOTELO, 2005, p. 21). Desta forma, “os governos de Fujimori retomaram o modelo liberal histórico do Peru e, ignorando os problemas do passado, deixaram de lado duas questões estruturais da sociedade peruana: a distribuição da renda e a inclusão social das populações indígenas” (BARROS; HINTER, 2010, p. 148).

Segundo Pedro Silva Barros e Verena Hitner, o longo período de governo de Alberto Fujimori pode ser dividido em três momentos distintos: o primeiro, dentro do marco democrático e constitucional, compreendido entre 1990, com a vitória nas eleições daquele ano, até 1992; o segundo, tem início com o auto-golpe de Estado em abril de 1992 e se estende até meados de 1996; por fim, o terceiro momento, denominado pelos autores de *fujimorismo tardio*, começa com a aprovação da Lei de Interpretação Autêntica da Constituição, em agosto de 1996, que abriria o caminho para uma segunda reeleição, que durou até a queda do regime (BARROS; HITNER, 2010, p. 147).

A primeira e mais curta fase do governo Fujimori teve início durante a campanha eleitoral, realizada em meio a uma crise generalizada, com índices inflacionários que chegariam a 7.600% no último ano de governo de Alan Garcia. A taxa de desemprego encontrava-se em níveis recordes, bem como a dívida externa do país que, em setembro de



1989, era de quase US\$ 18 bilhões. Além disso, “aos problemas econômicos se somavam os problemas sociais, a corrupção, o desprestígio dos partidos políticos, além da ação do grupo Sendero Luminoso” (BARROS; HITNER, 2010, p. 147).

A eleição do candidato nipo-peruano foi pautada em um discurso de independência, privilegiando a eficiência técnica, e que seria sintetizado em seu slogan de campanha, baseado em três palavras: “*honradez, tecnologia y trabajo*”. Sua expressiva vitória eleitoral foi possibilitada, em outras questões, pela crise do sistema partidário tradicional peruano, que permitiu que um candidato independente chegasse ao poder ⁴.

Desde os primeiros anos de governo, Alberto Fujimori alinhou-se às políticas neoliberais, defendidas pelo Consenso de Washington e pelo FMI. Segundo Paulo Vizentini e Guilherme de Oliveira, em um artigo conjunto,

[...] além de uma liberalização do comércio, houve uma retomada no pagamento da dívida externa, o estímulo ao investimento estrangeiro, o controle de preços, a eliminação de subsídios e a privatização de empresas estatais. Dessa forma, Fujimori conseguiu reinserir o Peru no circuito financeiro internacional, recebendo, inclusive, ainda em 1990, a visita do então presidente do BID (Enrique Iglesias) e de representantes do Banco Mundial, numa reinauguração das conversações para restabelecer as linhas de cooperação econômica com o Peru (VIZENTINI; OLIVEIRA, 2012, p. 85-86).

Assim, Fujimori reinseriu o Peru no circuito financeiro internacional. Em 1991, foi formado um grupo de apoio, liderado pelos EUA e pelo Japão, do qual também faziam parte outros nove países, entre eles, Canadá, Alemanha, França Holanda e Itália. Esse grupo comprometeu-se com o auxílio financeiro ao Peru, tendo, por objetivo, permitir a renegociação da dívida externa peruana com países e instituições financeiras multilaterais (VIZENTINI; OLIVEIRA, 2012, p. 86).

O segundo período do regime fujimorista tem o seu início com o golpe de Estado dado pelo próprio Fujimori, em cinco de abril de 1992 e pelo aumento das prerrogativas militares

⁴ Conforme Eduardo Hansen, “el surgimiento de independientes, es lo que también se ha denominado por outsider, siguiendo el uso que se le da en inglés, para referirse al sujeto político que proviene de fuera del sistema de partidos tradicionales. En realidad, el papel de estos nuevos actores políticos es la de llenar el vacío de los partidos sumidos en crisis, y se caracterizan por aprovechar su prestigio personal y desempeñar una práctica antipolítica y tildar a los partidos como origen de los problemas de la democracia, tal fue el caso de Fujimori” (HANSEN, 2012, p. 22).



por parte do presidente. O chamado “auto-golpe” – movimento apoiado pelas Forças Armadas peruanas que ocuparam edifícios públicos – redundou no fechamento do Congresso Nacional e a suspensão dos direitos constitucionais, instaurando um governo provisório ⁵.

O golpe ocorreu devido ao embate político ocorrido a partir do início de 1992 entre o presidente e o Congresso. Uma das motivações estava relacionada à aprovação de uma lei de controle do Executivo, que buscava restringir os atos normativos editados por Fujimori (BARROS; HITNER, 2010, p. 149). A fragilidade dos partidos políticos e a legitimidade no plano interno e no cenário internacional de Fujimori ⁶, especialmente no combate à inflação e na enérgica repressão aos movimentos insurgentes (em setembro de 1992, a principal liderança do Sendero Luminoso, Abimael Guzmán, é capturado, julgado e condenado à prisão perpétua), levariam ao auto-golpe e ao recrudescimento do autoritarismo no processo político peruano ⁷.

A dissolução do Parlamento, o fechamento do poder judicial e de órgãos de controle e a criminalização da oposição permitiram ao governo Fujimori acelerar o desenvolvimento de sua agenda, já pressionada pelos organismos financeiros internacionais, que queriam garantias sobre o pagamento da dívida, e pelo governo norte-americano, que exigia resultados no combate aos movimentos insurgentes. No dia seguinte ao golpe de Estado, o ministro da Economia, Carlos Boloña Behr, anunciaria a aplicação de um conjunto de reformas econômicas neoliberais (MARTINEZ, 2009, p. 68).

Em maio de 1992, um mês após o golpe de Estado, o Congresso dissolvido deu lugar a uma Assembleia Constituinte, controlada por Fujimori. No ano seguinte, uma nova Constituição foi aprovada, dando uma aparência de legalidade ao regime, ao mesmo tempo em que tratava da consolidação dos princípios neoliberais como política de Estado no país.

⁵ Além da dissolução do Parlamento, o auto-golpe dado por Fujimori significou, ainda, a intervenção nos governos regionais, no poder Judiciário, no Conselho Nacional de Magistratura, no Tribunal de Garantias Constitucionais, na Controladoria Geral da República e na Justiça Eleitoral. Assim, todo o poder ficou concentrado no Executivo (nas mãos de Fujimori), que passou a ser chamado de Governo de Emergência e Reconstrução Nacional.

⁶ É importante destacar, segundo Paulo Vizontini e Guilherme de Oliveira, que “a reação da comunidade internacional foi negativa. Além de vários organismos financeiros internacionais atrasarem empréstimos acordados, o grupo de apoio liderado pelos EUA, retirou o seu auxílio econômico, a Venezuela rompeu relações diplomáticas, a Argentina retirou o seu embaixador e o Chile pediu a suspensão do Peru da Organização dos Estados Americanos (OEA). As relações exteriores peruanas, todavia, já se mostrariam normalizadas no início do ano seguinte” (VIZENTNI; OLIVEIRA, 2012, p. 86).

⁷ Além disso, conforme destacam Pedro Silva Barros e Verena Hinter, “(...) foi fundamental para o êxito do golpe a imagem construída a respeito do Parlamento, que aparecia para a opinião pública como um lugar de polarizações desnecessárias (...). Desse modo, o golpe apareceu para parte da população como uma pequena mudança necessária para o cumprimento das promessas eleitorais” (BARROS; HITNER, 2010, p. 150).



Ainda estavam previstas na Constituição de 1993, a reeleição presidencial, a centralização do poder no Executivo e o reforço das prerrogativas militares, como a instituição da pena de morte para acusados de “terrorismo”.

A política econômica fujimorista, em consonância com o receituário neoliberal do consenso de Washington, se pautou pela abertura econômica, redução da inflação, a desregulação estatal e o corte nos gastos sociais. Em razão desta última, segundo Ruth Madueño Paulette,

[...] se eliminaron prácticamente todos los subsidios, las ventajas tributarias para los exportadores, el desarrollo rural y la protección de los sectores de más bajos ingresos, abriéndose el país a la importación indiscriminada. El Estado se retrajo totalmente de participar en la fijación de los salarios en el sector privado, estableció una baja sustancial en el salario mínimo, y determinó una reducción drástica de los sueldos y el empleo en el sector público (PAULETTE, 2004, p. 211).

A privatização de empresas públicas foi uma das mais importantes ações da política neoliberal de Fujimori. Um mês depois da promulgação da Constituição de 1993, foram expedidos 923 decretos, entre eles, os que determinavam a privatização de empresas públicas de telefonia, eletricidade, petróleo, ferro e zinco. A ineficiência do Estado e a necessidade de atrair investimentos serviram como propaganda para justificar as privatizações (MARTINEZ, 2009, p. 68).

No primeiro governo (1990-1995), foram vendidas, entre outras, as seguintes empresas estatais: Empresa Minera de Hierro Perú; Petromar; Compañía Peruana de Teléfonos ENTEL (vendida em 1994 pela Telefonica Espanha por US\$ 1,39 bilhões); Cements Lima; Empresa de Distribución Eléctrica del Norte (Edelnor); Empresa de Distribución del Sur (Edelsur); Empresa Minera Especial Tintaya; Refinería de Zinc Cajamarquilla e o Banco Continental (vendido em 1995 para o BBVA - Grupo Brescia); e a Edegal (MARTINEZ, 2009, p. 68).

O pagamento da dívida externa também foi outro ponto central na política econômica neoliberal do governo Fujimori. Em 1991, a dívida externa peruana era de US\$ 24 bilhões e, apesar do pagamento de serviços anuais de US\$ 1,3 bilhões, em 1996, a dívida havia ascendido para US\$ 33 bilhões. Em 1997, depois de uma transferência considerável de parte



dos recursos oriundos das vendas das empresas estatais para o pagamento da dívida, esta diferença “diminuiu” para US\$ 28,5 bilhões (PAULETTE, 2004, p. 211).

Com uma taxa de crescimento do PIB de 12,9% e uma diminuição da inflação para 15,4%, o Peru, na década de 1990, viveu o seu “milagre” econômico. Em 1995, Fujimori conseguiu uma nova reeleição, apesar da alegação de que, com a nova Constituição, tinha exercido apenas um mandato⁸.

Durante seu segundo mandato (1995-2000), Alberto Fujimori deu prosseguimento ao processo de privatizações e de desmonte do aparelho produtivo do Estado, vendendo novas empresas públicas dos setores de eletricidade, telefonia, metalurgia e mineração, entre elas: Sider Perú S.A.; Petro-Perú Refinería La Pampilla (comprada, em 1996, pelo consórcio formado pelas multinacionais Repsol, YPF e Mobil); Acciones Telefónica del Perú SAT Minorista Local; Acciones Telefónica del Perú SAT Internacional; Empresa Metalúrgica de la Oroya e a Empresa Minera Mahr Túnel (MARTINEZ, 2009, p. 71).

No total, durante o regime fujimorista, foram vendidas parcial ou totalmente 187 empresas públicas por um total de aproximadamente US\$ 7,54 bilhões.

A terceira fase do regime fujimorista teve início em agosto de 1996, com a aprovação da Lei de Interpretação Autêntica, que regulamentou o artigo 122 da Constituição de 1993, permitindo a reeleição de Fujimori. Nesse período ocorreu a invasão da embaixada japonesa pelo Movimento Revolucionário Tupac Amaru, fazendo mais de 500 pessoas reféns. Esse episódio acabaria dando uma nova oportunidade ao presidente de se fortalecer interna e externamente ao se mostrar uma liderança dura contra o “terrorismo”. O apoio midiático em relação ao “milagre” econômico, o sucesso no combate aos movimentos insurgentes, o apoio do capital financeiro e transnacional, beneficiados pelo pagamento da dívida externa e pela venda das empresas estatais, criariam as condições necessárias para o prolongamento de Fujimori no exercício do poder no Peru.

Nas eleições de abril de 2000, Fujimori conseguiu uma nova reeleição, conseguindo 51% dos votos contra 49% de seu adversário, Alejandro Toledo, economista de ascendência indígena do partido Peru Possível (PP). Apesar da vitória, Fujimori sofreu uma grande derrota ao não obter a maioria parlamentar. A vitória de Fujimori nestas eleições, porém, deu-se

⁸ Segundo Ruth Madueño Paulette, Alberto Fujimori foi reeleito devido “al uso arbitrario de los recursos del Estado, la ilegal participación de jefes de las Fuerzas Armadas en la campaña, el estado de emergencia en más de la mitad del territorio y el fraude electoral en muchas provincias” (PAULETTE, 2004, p. 211).



através de um forte esquema de fraudes e corrupção, com compra de votos e intimidação (MARTINEZ, 2009, p. 72). Na posse de Fujimori, em julho, protestos liderados por Toledo deixaram seis mortos.

Dois meses depois de sua posse, em 14 de setembro, foi divulgado nos meios de comunicação um vídeo em que aparecia o deputado Luis Alberto Kouri, membro do Partido Popular Cristiano, recebendo a quantia de quinze mil dólares das mãos do assessor de Fujimori, Vladimiro Montesinos, para que trocasse de partido e, assim, formar a maioria parlamentar para serem votados os projetos de interesse do governo no Congresso Nacional.

Depois deste episódio, gravações do mesmo tipo, com Montesinos realizando a mesma ação em suas oficinas no Serviço de Inteligência Nacional, foram divulgadas. Nelas estavam contidas reuniões com dirigentes políticos e empresários, com pagamento de suborno de milhares de dólares (UGARTECHE, 2012). Segundo Jose Honorio Martínez, “la difusión de los videos permitió conocer cómo el gobierno compró a empresarios, magistrados, parlamentarios y altos funcionarios cuyo apoyo fue vital para darle la apariencia de legalidad al régimen” (MARTINEZ, 2009, p. 73).

Tais escândalos políticos levaram Fujimori a afastar Montesinos – seu braço direito – e anunciar a redução de seu mandato para um ano. Aproveitando viagem à Ásia, Fujimori desembarca no Japão, onde renunciaria ao cargo de presidente e pediria asilo político. O Congresso não aceita a sua renúncia e o destitui do cargo, em novembro, por "incapacidade moral" ⁹. O presidente do Congresso, Valentín Paniagua, assume um governo de transição até 2001.

Considerações Finais

O neoliberalismo, depois de ser afirmar hegemônico, primeiramente nos EUA e na Europa Ocidental e, em um segundo momento, nos países do Leste Europeu após a queda do regime soviético, teve, na América Latina, sua terceira grande cena, tendo sido adotado, na

⁹ Em 2005, Fujimori mudou-se para o Chile na condição de exilado político. Porém, em setembro de 2007, a justiça chilena atendeu ao pedido de sua extradição para o Peru. No país que governou por uma década, Fujimori foi levado a julgamento por corrupção, enriquecimento ilícito, evasão de divisas, abuso dos direitos humanos, sequestro e genocídio. Em dezembro de 2007 foi condenado a seis anos de prisão pela revista ilegal da casa da mulher de seu ex-assessor Vladimiro Montesinos. A sentença, ditada pelo juiz Pedro Urbina, também obrigou o ex-presidente a pagar 400 mil novos sóis (US\$ 133.000) como reparação civil ao Estado. Além disso, ficou impedido de exercer cargos públicos por dois anos. Em abril de 2009, foi novamente condenado, desta vez, com uma pena de 25 anos de prisão por violações dos direitos humanos, sentença confirmada pelo Supremo Tribunal do Peru.



década de 1990, por quase todos os governos do continente, mesmo entre aqueles historicamente identificados com as esquerdas.

No caso peruano, sob o governo de Alberto Fujimori (1990/2000), a principal particularidade residiu no fato de que o neoliberalismo foi implantado com base no desmonte das regras do sistema da democracia liberal. Exemplos deste processo foram o auto-golpe de Estado de 1992, as privatizações mediante decretos ditatoriais, a corrupção de importantes setores do Estado, as fraudes eleitorais que permitiram a sua reeleição, a violência utilizada na repressão contra a população indígena e os movimentos insurgentes. Assim, a construção do modelo neoliberal no Peru exigiu a implantação de um Estado autoritário, que destruiu numerosas organizações populares com o único propósito de assegurar a hegemonia do grande capital.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2002.

BARROS, Pedro Silva e HITNER, Verena. A Economia Política do Peru: da ruptura interrompida aos dilemas contemporâneos. **Oikos**, v. 9, nº 2, p. 143-164, 2010.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: BATISTA JR., Paulo Nogueira (org.). **Paulo Nogueira Batista: pensando o Brasil. Ensaio e palestras**. Brasília: FUNAG, 2009.

BRENNER, Robert. **O Boom e a Bolha**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CANO, Wilson. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: UNESP, 2000.

CHOMSKY, Noam. **Ou o lucro ou as pessoas**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.

DRAIDE, Sônia Miriam. As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista da USP**, nº 17, p. 86-101, 1993.



FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. **Neoliberalismo y Sectores Dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

FIORI, José Luís. **O Consenso de Washington**. Disponível em: <http://www.educacaoambiental.pro.br/victor/unidades/fioripalestraconsensowashington.pdf>.

Acesso em: 10/01/2017.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e Educação: manual do usuário. In: GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu. (org.). **Escola S. A.: quem ganha e quem perdem no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996.

HANSEN, Eduardo Castro. **Cultura política y corrupción en la Era del Gobierno de Fujimori y algunos rasgos del Gobierno de Toledo: 1990-2002**. Disponível em: https://bora.uib.no/bitstream/1956/2446/1/Hovedoppgave_Hansen.pdf. Acesso em: 04/01/2017.

MARTINEZ, José Honorio. Neoliberalismo y Genocidio em el Régimen Fujimorista. **HAOL**, nº 19, p. 65-57, 2009.

PAULETTE, Ruth. Madueño. **Perú: fragilidad institucional del Estado 1930-2002**. Ciudad de México: UAM, 2004.

SADER, Emir. **A Vitória de Ollanta**. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/postMostrar.cfm?blog_id=1&post_id=710. Acesso em: 12/07/2012.

SOTELO, Jorge Ortiz. **Peru e sua inserção em um mundo global**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

UGARTECHE, Oscar. **¿Democracia y mercado? Comenzando por el fin**. Disponível em: <http://www.andes.missouri.edu/andes/Especiales/OUAdiosEstado.html>. Acesso em: 27/11/2016.

VIZENTNI, Paulo Fagundes e OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. A Política Interna e a Diplomacia do Peru: da incerteza à estabilidade do projeto de integração da América do Sul. **Conjuntura Austral**, v. 3, nº 13, p. 84-101, 2012.